

# Emendas parlamentares na Ufam: autonomia ou atrelamento?

No período de 2013 a 2015, a maioria das emendas parlamentares partiu de deputados federais ligados ao governo; especialistas divergem sobre a finalidade dessas propostas e seus impactos na autonomia da Ufam **Página 8 e 9**

## 61º CONAD

### Categories reforçam união para enfrentar política de retirada de direitos

Foto: Divulgação ANDES-SN

Realizado de 30 de junho a 3 de julho em Boa Vista (RR), o 61º Conselho do ANDES-SN, teve como síntese a necessidade de combate ao ajuste fiscal, prevista na consigna aprovada pela categoria.

**Página 4 e 5**



## ENTREVISTA

### Especialista aponta os riscos do interesse privado na Universidade

**Página 12**



## PRAZO EXPIRADO

### Com entrega prevista para julho obra no ICHL está paralisada

**Página 10**



## INTRANSIGÊNCIA

### Progressão e promoção: Ufam nega direitos pecuniários a docentes

**Página 7**

**A**utonomia universitária é um princípio que este sindicato sempre defendeu. Por este motivo, é discurso amplamente difundido na universidade, de tal modo que até mesmo aqueles que o atacam são obrigados, retoricamente, a defendê-lo. Sendo princípio constitucional, definido de maneira clara, tem sido compreendido de um modo reducionista e com roupagem privatistas como um “Te vira, Ufam!”, por aqueles que defendem interesses privados e um modelo neoliberal de universidade.

A autonomia *didático-científica*, *administrativa* e de *gestão financeira e patrimonial* tem sido ataca-

da quando a Administração Superior, ao invés de exigir, do governo federal, recursos para o pleno funcionamento da Ufam, alinha-se pragmaticamente ao Planalto, mesmo quando isso significa redução de verbas. A autonomia também tem sido alvo de ataques via precarização das condições de trabalho de seus servidores, o que foi pauta do 61º Conad, em Roraima. Nesse sentido, a luta unificada com outros servidores terá como alvos o PLP 257 e a PEC 241. Além disso, tal precarização consubstancia-se até mesmo em âmbito interno, na subtração de direitos ligados à promoção funcional e à incorporação de gratificações. Por

isso, ressalte-se a luta da ADUA para assegurá-los.

Outra forma de atacar a autonomia se dá quando verbas para seu funcionamento regular provêm de iniciativa privada, tendo sua destinação pré-definida pelo “financiador”. E, do mesmo modo, quebra-se o referido princípio constitucional quando recursos originam-se em certos grupos políticos e para destinos pré-determinados, beneficiando-se apenas seus proponentes, por via das chamadas emendas parlamentares. Por todos estes motivos, a defesa da universitária exige respostas contundentes. A mobilização é urgente!

## Notas

### Frente Nacional é lançada contra Projeto Escola Sem Partido

Mais de 400 pessoas participaram, no dia 13 de julho, no Rio de Janeiro, do ato de lançamento da Frente Nacional contra o Projeto Escola Sem Partido, da qual o ANDES-SN faz parte. Para a Presidente da entidade, Eblin Farage o lançamento demonstra que existem bandeiras capazes de unificar setores da classe trabalhadora. Na visão da Presidente, caso aprovado, o projeto da Escola Sem Partido representará o fim da essência da educação: ensinar a pensar. O Projeto Escola Sem Partido tem o objetivo de impor uma série de proibições à liberdade e a autonomia pedagógica dos professores e das escolas.

### PLP 257/2016 é aprovado com mudanças

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016 foi aprovado na madrugada do dia 9 de agosto, na Câmara dos Deputados. Duzentos e oitenta e dois deputados votaram a favor do projeto e 140 contra. Uma das modificações realizadas no texto original do PLP 257/2016 foi a retirada da exigência de que os estados e o DF não concedessem reajuste salarial por dois anos aos servidores.

### ANDES-SN emite nota em defesa das universidades públicas

A diretoria do ANDES-SN divulgou no dia 29 de julho, uma nota denunciando os ataques aos direitos dos trabalhadores e às políticas públicas e sociais, como “alternativa” para superação da crise do capital. A diretoria do Sindicato Nacional criticou ainda o editorial do jornal “O Globo”, publicado no dia 24 de julho, que defendeu a mercantilização das políticas públicas. “Mentiras e manipulação também não são estratégias novas desse tipo de mídia. O que assistimos, mais uma vez, é a defesa de um projeto de educação privatista, expressa na proposta de cobrança dos cursos nas universidades pú-

blicas, sob a alegação de ‘justiça social’”, diz a nota.

### Cortes ameaçam rede de informática de universidades

Para economizar, o governo federal pode cortar até setembro, deste ano, a internet de até 740 unidades de universidades do interior do país. A verba destinada à Rede Nacional de Pesquisas caiu de R\$ 258 milhões em 2015 para R\$ 126 milhões em 2016, o que representa um corte de 51%. Os cofres vazios fizeram com que o diretor geral da rede, Nelson Simões, enviasse uma carta aos diretores de vários centros de ensino do interior do Brasil e ministros avisando da possibilidade do fim das pesquisas acadêmicas.

## charge



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da Ufam - Seção Sindical do ANDES-SN.

**Diretoria:** Guilhermina Terra (Presidente), Aldair Oliveira de Andrade (1º Vice-presidente), Welton Oda (2º Vice-presidente), Kátia Vallina (1ª Secretária), Laura Miranda (2ª Secretária), Maria Rosária do Carmo (1ª Tesoureira) e José Humberto Michiles (2º Tesoureiro).

**Jornalista Responsável:** Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

**Reportagem:** Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491), Daniel Amorim (SRTE-AM 584)

**Projeto Gráfico e Arte:** Herivaldo da Matta (Kuca)

**Fotografias:** Anderson Vasconcelos, Annyelle Bezerra, Daniel Amorim e divulgação

**Impressão:** Gráfica Amazonas. 2000 exemplares.

**Fone/Fax:** (92) 3088-7009 / 3305-4103

**e-mail:** aduass@uol.com.br, imprensa.adua@gmail.com

**Endereço:** Av. General Rodrigo Octávio, 3000, Campus Universitário da Ufam, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas.  
Site: [www.adua.org.br](http://www.adua.org.br)

**INTENSIFICAÇÃO DA LUTA**

# Reunião do Setor das IFES indica construção de greve geral

Foto: Divulgação ANDES-SN



No dia 5 de agosto, diversos grupos de trabalho reuniram-se para analisar questões como o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) e a Lei 13.325/2016, que trata do reajuste salarial e da carreira do magistério superior

A construção de uma greve geral, articulada entre trabalhadores das diversas esferas contra as recentes medidas do governo federal, foi a principal deliberação da última reunião do setor das Instituições Federais de Ensino Superior (setor das Ifes), realizada nos dias 6 e 7 de agosto em Brasília (DF). O encontro, promovido pelo ANDES-SN, reuniu cerca de trinta seções sindicais na elaboração de um programa unificado contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016 e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016, entre outras medidas.

Jacob Paiva, 1º Secretário do ANDES, explica que a primeira etapa do enfrentamento consiste na paralisação dos trabalhadores da educação pública. “A partir daí, podemos coordenar uma mobilização entre trabalhadores do setor público e da iniciativa privada”, acrescenta. “Porém, é importante frisar que o êxito desse plano depende da participação de todas as centrais sindicais e também dos movimentos estudantis”, ressalta Jacob.

Em fase de elaboração, o programa já foi abordado em reuniões ampliadas entre o ANDES e entidades como a Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas) e o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

(Fonasefe). Nesse sentido, outra deliberação do setor das Ifes indica a criação de comitês com docentes, estudantes e terceirizados das universidades para discutir a proposta de greve geral. Além disso, as reuniões devem tratar de medidas contra o Programa Escola Sem Partido.

A chamada “Lei da Mordaza” é uma das lutas encampadas pelo ANDES-SN, que inclui ainda peças pelo “Fora Temer” e de combate à contrarreforma da Previdência. “Por isso, deliberamos que as seções sindicais façam ampla divulgação desse material”, diz Paiva. No âmbito da ação imediata, o setor das Ifes encaminhou a formação de um bloco de sindicatos e servidores públicos para participar de ato no Dia dos Excluídos, no dia 7 de setembro. O objetivo é chamar a atenção para a retirada de direitos e o avanço de medidas conservadoras.

## Debates

De acordo com o 1º Secretário, a questão das progressões e promoções da carreira docente do magistério superior, trazidas pela Lei 13.325/2016, deve se tornar um dos focos dos debates que se seguem à reunião das Ifes. “Solicitamos às seções sindicais que nos enviem estudos de caso para que, a partir daí, possamos sugerir os encaminhamentos necessários”.

mentos necessários”.

A próxima reunião do setor das Ifes está prevista para os dias 16 e 17 de setembro, em Brasília. Uma das pautas refere-se ao impacto dos cortes de recursos nas atividades da universidade, a partir de análise de levantamentos fornecidos pelas instituições de ensino.

## Formação

No dia 5 de agosto, diversos grupos de trabalho reuniram-se para debater questões como o Reconhecimento de Saberes e Competências (Rsc). Trata-se de uma gratificação concedida aos professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBBT). De forma geral, visa beneficiar professores de níveis funcionais diferentes com salários acima do valor médio estabelecido para cada nível de formação.

“Um professor em início de carreira, por exemplo, pode receber o mesmo vencimento de um professor especialista”, diz a Presidente da ADUA, Guilhermina Terra, que representou a seção sindical na reunião das Ifes. “Embora o RSC não seja oferecido aos docentes da Ufam, vamos realizar discussões para mostrar aos colegas por que o benefício não deve ser incorporado à carreira de magistério superior”, diz Guilhermina.

## ANÁLISE

# 61º Conad avança politicamente e apela por unidade na luta para enfrentamento

**S**e em janeiro deste ano os docentes federais aprovaram, durante o 35º Congresso do ANDES-SN, a defesa da educação e dos demais serviços públicos de qualidade como parte da centralidade da luta da categoria para 2016, as recentes mudanças no cenário político nacional – com o processo de impeachment da presidente Dilma e a ascensão provisória do governo interino de Michel Temer – só aumentaram nos professores o desejo de avançar na unidade com as demais categorias para enfrentamento da política de retirada de direitos imposta pelo Executivo.

A síntese da necessidade de combate ao ajuste fiscal que retira direitos dos trabalhadores, iniciado no governo Dilma e intensificado no governo Temer, que em poucas semanas já deu andamento a projetos que maximizam a precarização dos serviços públicos e limitam ainda mais a atuação dos servidores, está inscrita na consigna (confira no destaque) aprovada pela categoria durante o 61º Conad (Conselho do ANDES-SN), realizado de 30 de junho a 03 de julho, em Boa Vista.

A ADUA participou do evento por meio de uma delegação composta por três professores, além de filiados da seção sindical que assumiram funções diretas no escritório regional do ANDES e no próprio Sindicato Nacional. Para eles, o 61º Conad foi muito rico politicamente (confira o box), por ter feito uma coerente análise de conjuntura a respeito do cenário de instabilidade pelo qual passa o país. Durante o evento, foi atualizado o plano de lutas e apontada a necessidade de unidade dos servidores públicos no enfrentamento dos desafios impostos à classe trabalhadora.

“Saímos da questão mais geral da centralidade da luta e afunilamos para o entendimento de que é preciso gritar ‘Fora Temer’, reafirmando a necessidade da auditoria da dívida e a construção de uma greve geral para barrar as contrarreformas do Estado que vêm sendo impostas pelos governos de conciliação de classes”, afirmou o 1º Secretário do ANDES-SN, Jacob Paiva, acrescentando que este Conad teve “peso político” de Congresso do Sindicato Nacional.

Para Paiva, nem o governo Dilma – que “já não reunia mais condições de tocar suas reformas, usando dinheiro público para o setor privado” – nem o governo interino de Temer são saídas para a classe trabalhadora. “Precisamos intensificar a presença nos espaços de aglutinação da classe



Para a delegação da ADUA, evento contribuiu com análise coerente do cenário brasileiro



Uma defumação do local e dos presentes foi feita pela pajé da etnia Macuxi para trazer boas energias

trabalhadora e dar maior densidade às ações que queiram derrotar essas contrarreformas. Somente com a unidade da classe trabalhadora, com capacidade de superar algumas diferenças pontuais de como se movimentar numa conjuntura regressiva é que a gente vai poder avançar”, avaliou.

O 1º Vice-presidente do Regional Norte 1 do ANDES-SN, Marcelo Vallina, também destacou a unidade dos trabalhadores como um dos pontos fundamentais para o enfrentamento desta conjuntura regressiva. “O Conad se realizou num momento difícil para o país e para os sindicatos dos

# Conta de desafios

Fotos: Divulgação ANDES-SN



trabalhadores em geral. Entretanto, com a aprovação da consigna, ficou claro que devemos evidenciar os pontos que nos unem, não os que nos dividem”, disse o docente, destacando, entre eles, a luta dos servidores contra o ajuste fiscal, contra o governo de conciliação de classes e a favor da auditoria pública da dívida.

Na avaliação de Vallina, só a luta conjunta pode dar “força ao sindicato para deixar a defensiva política e sair ao ataque, no enfrentamento desse brutal panorama de retirada de direitos e avanço do fascismo”. O 1º Vice-presidente do Regional Norte 1 destacou ainda a chegada de novos diretores do Sindicato Nacional e ainda o rico debate sobre respeito às diferenças, como a discussão sobre a questão LGBTQTT, como avanço para conter a barreira do neoconservadorismo no Brasil. Questionado sobre o tamanho da empreitada que a categoria tem pela frente, Vallina sentenciou. “O desafio é grande”.



Eblin Farage, presidente do ANDES-SN, deu posse a todos docentes que compõem a diretoria

**Centralidade da luta (aprovada no 35º Congresso, em janeiro/2016):** “Defesa do caráter público, democrático, gratuito, laico e de qualidade da educação, da valorização do trabalho docente, dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores, com a intensificação do trabalho de base e fortalecimento da unidade classista com os movimentos sindical, estudantil e popular, na construção do projeto da classe trabalhadora”.

**Consigna (aprovada no 61º Conad, em julho/2016):** “Fora Temer, contra o ajuste fiscal e a retirada dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e cortes nas políticas sociais. Pela auditoria da dívida pública. Contra a política de conciliação de classe. Rumo à greve geral!”.

**Para Ana Lúcia Gomes, representante da ADUA no evento, o 61º CONAD contribuiu para atualização do plano de luta docente**

**Diante da atual conjuntura regressiva, que avanços políticos o 61º Conad propiciou?**

“Considerando que o tema central do 61º Conad foi a defesa dos direitos sociais, da educação e dos serviços públicos, o evento se mostrou um espaço de discussão e deliberação entre suas bases e a Diretoria para a atualização e manutenção do plano de luta da nossa categoria, que frontalmente está sendo atacada. No Conad, foram amplamente discutidas as movimentações das forças políticas que se manifestam e constantemente se expressam de forma contrária aos interesses da nossa categoria. Ficou claro também que precisamos nos manter unidos e combativos contra toda a retirada de direitos que ora nos está sendo imposta. Ao meu ver, nosso maior ganho foi a manutenção da disposição de luta que a posse da nova diretoria nos sinalizou em seu primeiro pronunciamento. Percebe-se que o ANDES-SN está muito consciente quanto a tudo que virá, mas com determinação de se manter na luta sempre”.

## FRAUDE

# PF encerra investigação sobre vazamento de provas do PSC e indícia duas pessoas

Foto: Divulgação/ Portal D24AM

Oito meses após a suspensão das provas do Processo Seletivo Contínuo (PSC) da Ufam e faltando menos de três semanas para o encerramento das inscrições da edição 2017 do Processo, a Polícia Federal (PF) concluiu o inquérito policial instaurado em novembro do ano passado para apurar a fraude nas questões do certame 2016. Previstas para ocorrer no dia 29 de novembro de 2015, as provas foram suspensas pela universidade, um dia antes, por “fortíssimos indícios” de vazamento, pegando de surpresa centenas de candidatos que se deslocaram até os locais de provas.

Segundo informações repassadas pela assessoria de comunicação da PF, duas pessoas foram indiciadas pelo crime de “Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de: [...] III - processo seletivo para ingresso no ensino superior”, previsto no artigo 311-A, do Código Penal Brasileiro. Dentre elas, conforme a PF, está um servidor da Ufam com mais de 20 anos de carreira.

Devido ao prejuízo financeiro da Ufam para a realização de um novo processo seletivo, os responsáveis pela ação criminosa podem ser condenados a cumprir pena de 2 a 6 anos de



**Centenas de candidatos compareceram aos locais de prova apesar da suspensão**

reclusão, além do pagamento de multa. No caso do servidor da Ufam, a condição de funcionário público, considerada uma agravante, pode ampliar a pena em um terço.

Segundo informações divulgadas, na época, pela universidade, a suspensão do concurso causou um prejuízo de R\$1,5 milhão, gastos na preparação e no planejamento do processo seletivo.

As investigações da Polícia Federal apontaram que os suspeitos tiveram acesso as questões do PSC através do caderno de provas já impresso e editorado nos moldes em que a universidade pretendia aplicá-lo, em novembro de 2015.

Concluída a apuração, o inquérito policial segue para a Justiça Federal e para o Minis-

tério Público Federal (MPF). Além dos dois indiciados, pelos menos outras quatro pessoas foram ouvidas pela PF através de conduções coercitivas, ao longo das investigações, mas não tinham participação no crime investigado, segundo a autoridade policial. No total, 66.896 estudantes se inscreveram para as três etapas do PSC 2016, sendo 14.754 candidatos finalistas do Ensino Médio que disputavam uma das 2.735 vagas para ingresso neste ano.

Em resposta à ADUA, a assessoria de comunicação da Ufam contradisse a PF ao informar que o órgão “continua realizando as investigações” e complementou dizendo “que somente emitirá parecer quando comunicada oficialmente”.

Sobre as medidas administrativas que pretende tomar sobre o caso, a Ufam respondeu que “para iniciar um processo de sindicância, é necessário apresentar nomes e suficientes evidências de culpabilidade, o que será fornecido pela PF quando as investigações forem concluídas”.

Conforme o artigo nº 122, do Regimento Geral da Ufam, “Os servidores docentes e técnico-administrativos estão sujeitos à sanções disciplinares como: advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; entre outras.

## MOBILIZAÇÕES

# Mês de agosto é marcado por atos em Manaus

Seguindo o cenário nacional de mobilizações encabeçado pelo ANDES-SN em parceria com os movimentos sociais e demais sindicatos, a ADUA e mais de 20 entidades cumpriram, ao longo do mês de agosto, um calendário de atividades voltadas ao enfrentamento do pacote de maldades iniciado no governo Dilma Rousseff e instensificado pelo governo interino de Michel Temer.

O lançamento da Frente Estadual Contra Lei da Mordada, no auditório da ADUA, no dia 10 de agosto, onde foram debatidos os riscos que a aprovação do projeto Escola sem Partido pode representar para as conquistas já obtidas, ao longo dos anos, pelas mulheres, LGBT's, ne-

gros e demais minorias, deu início à rodada de mobilizações.

No dia 11, Dia do Estudante, o combate à “Lei da Mordada” esteve mais uma vez em pauta durante aula pública promovida pela Frente Estadual e que contou com a presença de cerca de cem pessoas na Praça Heliodoro Balbi (Praça da Polícia), no Centro de Manaus.

### Dia Nacional de Mobilização

No dia 16, Dia Nacional de Mobilização em Defesa dos Empregos e contra a Retirada de Direitos, uma das deliberações da última reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino (Setor da Ifes) do AN-

DES-SN, a mobilização em Manaus se deu em frente ao terminal de ônibus da Praça da Matriz, no Centro da cidade. Integran-tes de sindicatos, movimentos sociais e estudantis e de partidos políticos fizeram pronunciamentos e distribuíram panfletos contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016 e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016 que preveem, respectivamente, a suspensão de concursos públicos, o congelamento de salários e a revisão do regime jurídicos dos servidores; assim como a suspensão, por 20 anos, do repasse de recursos destinados a serviços básicos como Saúde e Educação.

**DESCUMPRIMENTO DE LEI**

# Ufam nega direitos financeiros decorrentes de progressão e promoção

Foto: Daniel Amorim

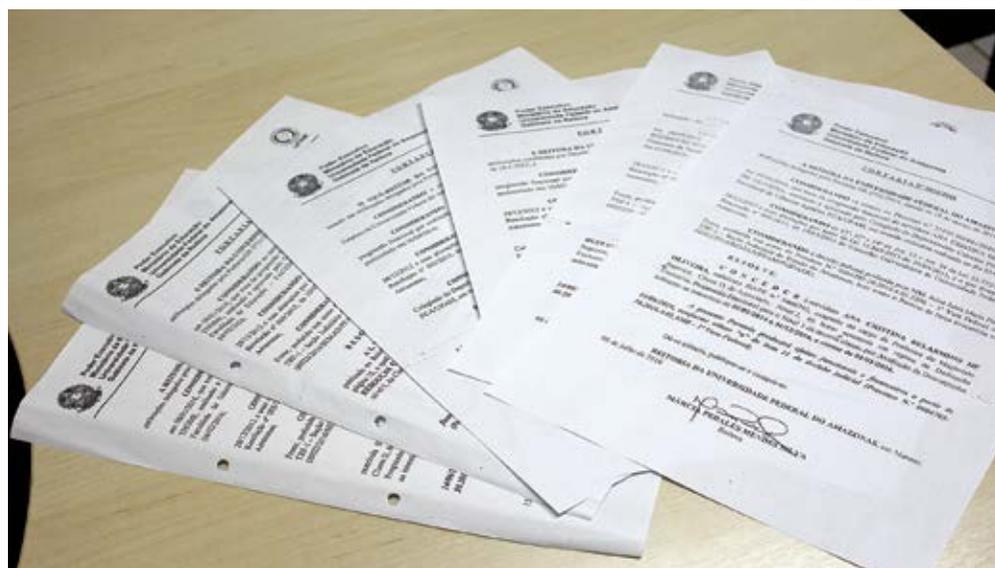
**A** Ufam vem utilizando de forma equivocada a decisão da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas que determina a instituição o recebimento e deferimento de todos os pedidos de progressão e promoção por interstícios acumulados dos filiados da ADUA, para negar de forma proposital o pagamento de direitos financeiros aos professores que solicitam os benefícios no exato momento em que completam os 24 meses de atividade, mas se deparam com a morosidade da Ufam na concessão das promoções e progressões.

A ADUA vem analisando pelo menos três casos de associados que tiveram o direito de receber os valores, referentes aos meses que aguardaram a publicação da portaria, usurpado pela Ufam.

Referendados pela Lei nº 13.325/2016, que altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, os docentes, segundo a assessora jurídica da ADUA, Auxiliadora Bicharra, estão sendo vítimas da intransigência da Administração Superior, que tem interpretado de forma equivocada o caráter provisório da tutela de urgência concedida pela juíza federal Jaiza Fraxe, em junho deste ano, para negar o pagamento dos benefícios, a partir da data do requerimento, aos docentes que não possuem interstícios acumulados.

“A Ufam extrapola o que está disposto na liminar, interpretando-a da forma mais conveniente para a própria Universidade, em detrimento dos direitos dos docentes. Essa negativa da instituição em prover aos servidores a quantia referente ao exercício vigente mostra a intransigência dos gestores da Ufam, quando o assunto é cumprimento das normas”, afirma Bicharra.

O desrespeito da Ufam em relação aos direitos dos docentes à progressão e promoção vem se delineando desde o início deste ano, quando a universidade tentou regulamentar os critérios para a concessão das progressões e promoções. A tentativa caiu por terra durante a última reunião do Conselho Universitário (Consuni), quando o próprio autor da Minuta de Resolução discutida na instância máxima deliberativa da instituição, professor da Faculdade de Direito (FD) Adriano Fernandes, pressionado pela sanção da Lei nº 13.325/2016 e pela tutela de urgência pleiteada em ação ajuizada pela ADUA, voltou atrás e pediu sobrestamento (suspensão temporária) do processo 011/2016, o que foi acatado pelo Conselho.



**Jurídico da ADUA já acompanha três casos de professores que tiveram o retroativo negado**

## Enfrentamento

A garantia do direito à progressão e promoção tem sido uma das bandeiras de luta da ADUA nos últimos meses. Em março, a seção sindical ajuizou, através de sua assessoria jurídica, o Escritório Gomes e Bicharra Advogados Associados, uma ação coletiva pleiteando, em caráter de urgência, que os docentes tivessem o benefício assegurado, frente as constantes negativas da Administração Superior aos pedidos interpostos.

A decisão judicial favorável ao pedido, datada de 14 de junho entendeu que a Ufam, nos procedimentos administrativos de concessão das progressões e promoções funcionais dos docentes, “passou a considerar equivocadamente os efeitos dos atos apenas a partir da data em que foi formulado o requerimento pelo servidor, e não a data de aquisição do direito”, posicionamento que, de acordo com a sentença confronta o entendimento do Supremo Tribunal Federal em semelhante situação.

“No mundo jurídico, o fundo do direito de promoção e progressão passa a existir e ter validade a partir do momento da aquisição dos requisitos legais, independente de requerimento”, detalha decisão.

## Casos

A Docente da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA), Ana Cristina Belarmino, é um dos professores que vem tendo os direitos financeiros referentes à progressão e promoção negados pela Ufam. Professora Associada 2, a docente conta que solicitou a progressão para Associado 3 em janeiro deste ano,

logo após completar o interstício de 24 meses. Mas, para surpresa dela, a portaria assinada pela Ufam seis meses depois estipulava que apesar do benefício ter validade funcional e financeira, a partir da data do interstício, dia 1º de janeiro de 2016, em função de decisão da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas, o efeito financeiro da progressão dela seria contado somente a partir da data da referida decisão judicial.

“Estive na Progesp na época e ouvi da Pró-reitora a informação de que eu deveria ter entrado antes com o meu pedido já que eu sabia que atrasava. O detalhe é que a lei diz que esse pedido só pode ser efetuado quando completos os 24 meses”, afirma Ana Cristina.

Outro ponto que lhe chama a atenção é a existência de professores com portarias de concessão de progressão com redações diferentes, mesmo os pedidos tendo como referência o mesmo interstício.

“Qual é o procedimento da Progesp? Dar aleatoriamente a portaria do jeito que lhe convém?”, questiona a docente.

Em julho deste ano, orientada pela assessoria jurídica da ADUA, Belarmino afirma que encaminhou um requerimento comunicando a instituição sobre o equívoco cometido e aguarda resposta, desde então.

O caso da docente é apenas um dos vários casos em que a morosidade da Ufam prejudica os professores. No último dia 5 de agosto, após oito anos de espera, um professor da FD finalmente teve a portaria de concessão da promoção referente ao período de 2006-2008 publicada pela instituição.

## RECURSOS

## Partidos da bancada governista lideram

**N**um país cujo governo carrega o lema “Pátria Educadora”, seria natural pensar que o Brasil investe aporte financeiro adequado em Educação. Mas, ironicamente, são cada vez mais escassos os recursos para a Educação. Com os sucessivos cortes de recursos das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), as universidades tornam-se dependentes de outras fontes de recursos para continuarem as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Uma delas é a emenda parlamentar – instrumento legal usado pelo Congresso Nacional para participar da elaboração do orçamento anual e aperfeiçoar a proposta de orçamento encaminhada pelo Poder Executivo.

Para 2016, recursos de quatro emendas parlamentares estão previstos para a Universidade Federal do Amazonas (Ufam), totalizando cerca de R\$ 1,3 milhão. Os dados são de levantamento feito pela reportagem da ADUA, que também conversou com especialistas para saber sobre as implicações deste tipo de “financiamento” para a vida da Universidade.

Dados disponíveis nos sites da Câmara e do Senado Federal mostram que, no período de 2013 a 2015, os deputados federais do Amazonas tiveram aprovadas 26 emendas parlamentares em favor da Ufam, sendo a maioria delas de autoria de deputados da bancada governista.

Em 2013, R\$ 5,6 milhões foram aprovados no total. Recursos destinados, por exemplo, à aquisição de mobiliário para a Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF), recém-integrada à sede da Ufam, ou ainda à expansão do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), no setor norte do Campus. No ano seguinte, outra emenda parlamentar aportou R\$ 800 mil para a construção do Restaurante Universitário do campus de Benjamim Constant.

Ainda em 2014, as atividades do Internato Rural também foram beneficiadas com aporte de emenda parlamentar.

Segundo a assessoria de comunicação da Ufam, as quatro emendas parlamentares aprovadas para 2016 “serão destinadas para a reforma do atual Restaurante Universitário do Setor Sul do Campus Universitário Arthur Virgílio Filho, para complementar os recursos para a construção do novo Restaurante Universitário do Setor Sul do campus, bem como para apoiar a aquisição de equipamentos de laboratórios e para auxiliar no custeio do Internato Rural dos estudantes dos cursos de Me-



A aquisição de mobiliário para a FCF, reforma do RU no setor Sul do Campus Manaus e a construção do RU no IN

#### Lista das emendas parlamentares previstas para 2016

Emendas	Valor da Emenda (R\$)	Valor Disponível - previsto (R\$)
1	1.000.000,00	720.000,00
2	250.000,00	182.484,00
3	200.000,00	145.987,00
4	350.000,00	255.477,00

dicina, Odontologia, Enfermagem e Farmácia”.

#### Reivindicação

O professor do departamento de Ciências Sociais da Ufam e doutorando do Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Antônio Oliveira, observa que certo atrelamento da Administração Superior à base governista é fato previsível, já que a maioria dos reitores das 63 universidades federais manifestaram apoio à reeleição da presidente afastada Dilma Rousseff. Ainda assim, ele ressalta que “as emendas parlamentares não têm efeito absoluto”. “Nesse caso, os parlamentares, talvez movidos por algum tipo de reivindicação de agentes sociais internos à universidade, incluíram a Ufam em suas emendas parlamentares. Evidentemente que isso deve gerar algum compromisso político tácito entre o parlamentar e aquele que fomentou a emenda”, acrescenta Oliveira.

O professor chama a atenção para os riscos que a dependência desse tipo de iniciativa pode criar para a autonomia da universidade. “Abre-se, então, um enorme espaço para que se dê o proselitismo político-eleitoral. E isso não apenas do parlamentar que deve incluir na sua agenda de propaganda eleitoral as tais emendas destinadas à universidade, mas também do agente interno da universidade que deve explorar bastante o seu prestígio junto a esse ou aquele parlamentar ou governante”, explica Oliveira.

Tal iniciativa, além disso, pode criar condições para que os parlamentares influenciem as relações de poder nas universidades. “Por exemplo, um aspirante e reitor ou a diretor que tenha algum vínculo com um parlamentar X, pode se apresentar como mais viável e mais merecedor para receber os votos da comunidade universitária justamente por gozar dessas relações. E, salvo melhor juízo, isso já vem ocorrendo na Ufam”, declara Oliveira.

# Em propostas de recursos para a Ufam

Foto: Divulgação



Contam com recursos de emendas parlamentares



## Perfil político

Na opinião do cientista político Carlos Santiago, as emendas representam um valioso meio de acesso ao perfil político dos parlamentares. “Na verdade, os autores dos projetos cujo alvo é a Ufam sempre tiveram afinidades com a instituição, que por sua vez é conhecida pela produção de um conhecimento crítico e pelo histórico de lutas. Por outro lado, existem políticos mais interessados em inaugurar estradas e viadutos. Ou seja, seus interesses estão voltados à iniciativa privada”, pondera Santiago, coordenador da Comissão de Reforma Política da

Ordem dos Advogados do Brasil do Amazonas (OAB-AM). “Tais iniciativas indicam que a universidade está buscando caminhos para obter recursos”, complementa.

Para o professor Gilson Gil, docente do curso de Ciências Sociais da Ufam, a prática de beneficiar nichos específicos faz parte do jogo democrático. Nesse sentido, as emendas parlamentares podem ser consideradas uma forma de “retribuição” aos votos dos eleitores. “Por um lado, é importante que os parlamentares obtenham recursos para a Ufam e cidades do interior do Amazonas. Por outro lado, a socie-

dade sempre pode e deve fiscalizar a forma de tais recursos serem aplicados. Há toda uma dialética do eleitor/eleito que perpassa o simples cidadão e atinge até mesmo o relacionamento entre prefeitos e governadores, deputados e senadores”.

Ainda segundo Gil, no atual cenário de crise econômica, as emendas representam uma estratégia para enfrentar o ajuste fiscal que afeta os serviços públicos. “Ser capaz de formular estratégias que viabilizem ações na Universidade e manter os serviços básicos da instituição é algo que devemos louvar e estimular. Não será com fórmulas mágicas ou bravatas que este momento será superado. Mas é interessante que atitudes sejam tomadas, com pragmatismo e determinação”, complementa.

## Interesses

“Longe de ser um enfrentamento (à crise econômica), a conduta dos parlamentares significa sua submissão ao Poder Executivo, casada com o oportunismo tão característico da maioria dos representantes populares”, opina o advogado e professor aposentado da Ufam, José Seráfico. Para ele, uma análise crítica das iniciativas parlamentares deve levar em conta outros aspectos, como o célebre jogo de interesses da política brasileira.

“Talvez não saibamos a quanto monta o desvio de recursos públicos oriundos dessas emendas. Mas, se considerarmos a prática recorrente de fraudes, de propinas, de cartéis que decidem sobre licitações e de desvios de toda espécie, logo concluiremos pelo caráter negativo das emendas”, argumenta Seráfico.

Além disso, ele chama atenção para o valor máximo de repasses permitido pela lei orçamentária (R\$ 2 milhões anuais), o que considera ínfimo em comparação aos demais recursos previstos. “Se essa tem sido uma forma de envolver os representantes populares na distribuição das verbas, também é um atentado à pretensão de democratizar o orçamento. Porque, na população, estão os recipientes da esmola oficial, à guisa de corresponder ao orçamento participativo”, critica Seráfico.

## Saiba mais

As emendas parlamentares são anexadas pelos deputados e senadores à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Uma reserva de recursos é destinada a elas, devendo a proposta de lei orçamentária do ano seguinte ser enviada, até dia 31 de agosto do ano em curso, pelo Executivo.

## DESCASO

# Obras do bloco de Comunicação no ICHL completam um ano sem sair do papel

Fotos: Annyelle Bezerra



Orçadas em R\$ 3,1 milhões, obras com prazo de execução de 395 dias estão paradas

Iniciada em junho do ano passado, com previsão de término dentro do prazo de 395 dias, a construção do bloco do departamento de Comunicação do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), no Setor Norte da Ufam, se resume, nos últimos 12 meses, a um canteiro de obras paralisadas cercado por tapumes que acumula entulho e água parada. Orçado inicialmente em R\$ 3,1 milhões, o bloco, que tinha a expectativa de dobrar a capacidade física do departamento, está com a construção parada, pelo menos desde abril, após a empresa HEBTA Engenharia Ltda. encerrar definitivamente as atividades no ramo.

Destinado ao desenvolvimento prático dos conhecimentos adquiridos em sala de aula pelos alunos dos cursos de Comunicação Social - Jornalismo e Relações Públicas, o espaço deveria ter sido construído sobre o local onde, no passado, funcionavam os laboratórios do departamento. Laboratórios fotográficos, de vídeo, de áudio e de webjornalismo, assim como a Agência Experimental de Comunicação para o curso de Relações Públicas estão entre os que devem integrar o bloco e que permanecem inacessíveis aos estudantes dos cursos, devido ao descumprimento do prazo de conclusão do prédio, estabelecido para o último dia 24 de julho.

No ano passado, o então diretor em exercício do ICHL, e coordenador do curso de Jornalismo, professor João Bosco Ferreira, informou em matéria publicada pela Ufam que o projeto, além de suprir as necessidades do departamento em termos de laboratórios, também atenderia as lacunas



Terreno onde deveriam funcionar salas e laboratórios está abandonado, dando lugar a entulho

no aspecto administrativo e até de salas de aula. Para dobrar a capacidade física do departamento, o bloco terá a característica verticalizada.

Através da assessoria de comunicação, a Ufam informou que as obras do bloco do departamento de Comunicação foram iniciadas pela empresa HEBTA, mas após a contratada decretar falência, o projeto foi encaminhado à Comissão de Licitação e está em trâmite para a contratação da empresa que dará continuidade ao trabalho. A estimativa da universidade é de que, a licitação seja concluída dentro um mês, com a contratação da empresa vencedora e a retomada das obras ocorrendo, nos 30 dias seguintes.

A Ufam informou ainda que a empresa HEBTA foi penalizada com multas e que "a partir do iní-

cio das obras, o prazo para a finalização dos trabalhos é de 18 meses, conforme as disposições contratuais".

Com valor total previsto em R\$ 3.119.000,00, a obra no ICHL, de acordo com a Ufam, custará R\$ 3.796.795,41. Para chegar ao valor, afirma a assessoria de comunicação, foram utilizados preços unitários estabelecidos pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) do Governo Federal.

O bloco do departamento de Comunicação deve ter três pavimentos com total de 2.246,94 m<sup>2</sup> de área construída, sendo cinco laboratórios, três estúdios (Rádio, TV e Fotografia), nove salas de aula, 20 salas de professores, cinco salas de estudo, oito salas administrativas, uma hemeroteca e uma sala de reuniões.

**FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO**

# Projeto para exploração sustentável da piaçava leva prêmio nacional

Foto: Divulgação

Uma iniciativa que visa promover o fortalecimento de uma comunidade indígena em São Gabriel da Cachoeira e o fim das condições análogas ao trabalho escravo na extração da piaçava foi a grande vencedora do prêmio “Empreendedorismo Sustentável” promovido pelo banco Santander. Trata-se do projeto “Nuyá’rlitua” (“meu irmão”, na língua Warekena), desenvolvido em parceria pelo curso de Licenciatura Indígena da Ufam e o projeto Dabauri, do curso de Geografia da mesma instituição.

O projeto, que recebeu R\$ 50 mil em premiação, é parte de um trabalho de mestrado do ecólogo Diego Ken Osoegawa, professor da Licenciatura Indígena e mestrando em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade pela Ufam. O “Nuyá’rlitua” consiste na estruturação sustentável de uma cadeia produtiva da exploração da piaçava no município. “De forma geral, a fibra é associada à produção de vassouras, mas há uma série de possibilidades de aproveitamento desse produto”, explica o pesquisador.

A ideia surgiu de uma demanda das comunidades indígenas do rio Xié, naquele município, que pretendiam transformar a produção da piaçava em fonte de renda. Cinco alunos e membros da comunidade colaboraram com o levantamento de estratégias de mapeamento, áreas de cultivo e produção de material didático para os indígenas. “Não se trata de um projeto feito para indígenas, mas por indígenas”, destaca o pesquisador.

A sugestão foi encaminhada à coordenadora do curso de Licenciatura Indígena, Ivani Farias, que endossa as palavras do mestrando. “Nós tratamos as pessoas como sujeitos que elas são e não como objeto de pesquisa”, destacando que o projeto pode por fim a uma dura realidade enfrentada pelos indígenas. “Nos últimos anos, havia uma exploração muito grande por parte de dois regatões, na extração dessa fibra. Até as crianças não iam mais para a escola, porque tinham que ajudar os pais nesse trabalho”, critica.

**Cultural**

Desde criança, Osoegawa admirava-se com o sistema de trocas praticado entre membros da etnia Warekena, baseado nas relações de confiança. “Não é uma troca de produtos, mas de afetos que incentiva os laços familiares. Dessa forma, promovemos a valorização dos valores não-materiais. Esse é o princípio básico do Nuyá’rlitua”, diz.

Ele observa ainda que a importância do projeto reside na eliminação da figura do atravessador.

**Meta é criar uma associação sem fins lucrativos para promover a cadeia produtiva**

“Antigamente, as famílias vendiam sua produção para comprar roupas, espingardas e alimentos, por exemplo. Só que esses produtos eram vendidos a preços superfaturados pelo atravessador, sem critérios específicos. Por isso, as famílias acabavam se tornando cada vez mais endividadas”, lembra Diego.

Com a melhoria dos meios de transporte e a construção de escolas, a partir da década de 1970, essa prática começou a declinar. Os investimentos em educação beneficiaram as comunidades, e as relações comerciais ganharam novas regras. A concessão de financiamentos também teve influência na mudança desse cenário. “As pessoas começaram a entender melhor como funcionava esse sistema. Por outro lado, a figura do atravessador ainda existe, mas divide espaço com outros tipos de intermediários”, complementa.

Apesar disso, a produção da fibra de piaçava ainda é atividade pouco representativa na economia do município. Em Manaus, o quilo da fibra é quatro vezes maior que em São Gabriel da Cachoeira, onde o quilo da piaçava é vendido a R\$ 1. Aliado a isso, as despesas com transporte tornam o comércio do produto pouco vantajoso. “Aos poucos, a produção de farinha, por exemplo, acabou ganhando destaque, pois o trabalho poderia ser realizado dentro da própria comunidade”, analisa Osoegawa.

A tarefa agora é institucionalizar, por meios de assembleias gerais, a criação de uma associação sem fins lucrativos para promover a cadeia de produção da piaçava. “A ideia é aprofundar

discussões e procurar formas de produção mais qualificadas. Buscaremos expandir e implementar ações que possibilitem a entrada da piaçava no mercado internacional”, afirma o mestrando.

Durante o “Il Yumuatirisa: Trilhas e Redes dos Saberes Indígenas”, evento realizado de 18 a 21 de abril deste ano na sede do município de São Gabriel da Cachoeira, os índios do alto Rio Negro comemoraram a conquista do prêmio.

Para a orientadora do trabalho, professora Ivani, a iniciativa só alcançará êxito se contar com a participação efetiva da comunidade. “Reverter a situação de uma relação de trabalho que vinha sendo feita e ao mesmo tempo fortalecer a associação indígena é tarefa deles, com eles e para eles”, disse. “Nenhum projeto pode ser feito de forma isolada quando se trabalha com povos indígenas”, completou.

A docente acrescenta que um projeto garante autonomia à comunidade quando é gestado e desenvolvido pelos próprios integrantes dela. Para ela, o prêmio dá novo fôlego a uma área da ciência geralmente preterida nas premiações. “É uma luz para as ciências humanas que sempre foram relegadas: elas podem não contribuir com a economia, mas tem participação efetiva na formação política do país”.

O projeto conta com o apoio de entidades como Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam) e Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (Foirn).

## Entrevista

# O interesse privado desestimula a **sensibilidade crítica** na universidade, segundo docente

**N**esta entrevista o professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Flávio Henrique Albert Brayner discorre sobre os impactos sofridos pela universidade com a sobreposição dos “interesses

individuais” ao interesse público e o desestímulo que a tentativa de comparação entre educação e produção acarreta para a sensibilidade crítica. Flávio Brayner esteve à frente da palestra “A Universidade que temos e a que não queremos”, pro-

ferida durante o 4º Encontro das Seções Sindicais da Região Norte 1, do ANDES-SN realizado, em Manaus, entre os dias 29 e 30 de abril. Brayner faz um alerta ainda sobre os perigos da produtividade acadêmica.

**No artigo “A universidade que não queremos” o senhor afirma que o mais indesejável futuro para a universidade é a transformação da mesma de um lugar do “como pensar” em outro, o do “como fazer”. Na greve docente de 2015, a Ufam vivenciou a sobreposição dos interesses políticos individuais aos coletivos, suplantando o debate e a busca de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Como o senhor avalia essa situação?**

Ao defender a universidade do “como pensar”, não estou, para iniciar a conversa, oferecendo regras para o “bem pensar” ou um “método” de se abordar a realidade. Muito menos definindo os conteúdos deste pensar (o quê pensar), que restarão, felizmente, matéria aberta e submetida à pluralidade dos pontos de vista e interesses sociais. Faço apenas o contraponto entre meios e fins da vida universitária. A universidade, diferentemente da produção fabril, não é o lugar do como fazer (técnica) ou, para usar um termo mais sofisticado, da “razão instrumental”; mas o lugar institucional (e esta institucionalidade precisa ser discutida, porque ela produz a diferença entre saber e conhecimento) onde nos afastamos da facticidade da vida ordinária (o mundo da produção e da troca) para pensar se os fins que desejamos e projetamos para nossas ações, inclusive técnicas, são desejáveis. Quer dizer, o lugar onde supostamente dispomos de meios judicativos e conceituais capazes de nos oferecer critérios e balizas para a avaliação moral dos fins e suas consequências sociais. Por isto, uma universidade não pode ser senão “pública”, como aponte no artigo. Mas quando os “interesses individuais” (“naturalmente” presentes em qualquer instituição, na verdade) se sobrepõem ao interesse público, o “Bem Comum” republicano, o risco que corremos é o de que os

“Meios” se tornem a força hegemônica de nossa razão de ser e não tenhamos mais condições de julgamento moral dos Fins. O interesse privado suprime da universidade seu sentido republicano; desestimula a sensibilidade crítica ao imaginar que educação e produção são compatíveis.

**Em 2015, ainda durante a greve, a Ufam sofreu um duro ataque contra a sua Autonomia. Um grupo de docentes contrários ao movimento impediu, através de decisão judicial, a suspensão das aulas, prejudicando diversos estudantes. Em sua opinião, artifícios como a judicialização adotada na Ufam têm relação com a substituição dos fins pelos meios, sendo os fins formatados apenas para esconder os meios?**

Quando trocamos os fins pelos meios, é porque abrimos mão de nossas utopias para viver o reino do “eterno retorno” do mesmo. Não há mais futuro com suas promessas de reconciliação, há um eterno presente sobre o qual alimentamos a ilusão de mudança com a ideia de “inovação” técnica, que não tem mais nada a ver com a emergência do “novo”, do insólito, do não pensado, da ruptura. Assim, segundo aspecto, não precisamos mais de “crítica”. Se a crítica era aquilo que se situava entre um passado a ser superado, um presente a ser denunciado e um futuro a ser anunciado, numa época em que o “presentismo” domina nossa relação com o tempo, a universidade deixa de ser formadora, para ser apenas produtora (de bens a produtos eternamente “inováveis” e eternamente consumíveis). É o fim também da política, substituída pela tecnocracia! A judicialização da política é apenas o primeiro passo de retirar a política de sua esfera “normal”, a praça pública, e confiná-la na decisão “técnica” (jurídica) e nas mãos de especialistas. A política se torna

uma atividade supérflua e indesejada por que produtora de dissensos e conflitos.

**Para a universidade quais devem ser os impactos políticos futuros do desaparecimento da “crítica”, da “democracia” e do “público” fomentado pelo mundo novo que a universidade ajudará a nascer?**

Trazer a democracia para o interior da universidade foi uma proeza de nossa modernidade tardia (e 1968 tem muito a ver com isto!), reduzindo hierarquias, horizontalizando pedagogias, discutindo a validade de seus conteúdos e, sobretudo, abrindo a universidade para a sociedade (extensão). Tudo isto terá fim com a junção de tecnocracia com meritocracia, concepção que ganha cada vez mais adeptos em nosso meio. E as pessoas que serão educadas neste novo modelo, provavelmente o acharão tão legítimo como nós o achamos detestável. De qualquer forma, ele faz parte de um “Admirável Mundo Novo” que está surgindo, com sua linguagem, sua relação com a realidade, com seus projetos de subjetivação.

**No aspecto político quais são os riscos de uma “universidade que não pensa”?**

Pensar é, de certa forma, romper com os automatismos de nossas habituais respostas aos estímulos que aparecem no horizonte social. É tomar um susto consigo mesmo, uma “ad-miração”, um voltar a se encantar e se assustar com o mundo que supúnhamos “natural”, “já dado”. Quanto à uma “universidade que não pensa”, deixo para os leitores a conclusão...

**Professor: Flávio Henrique Albert Brayner**

**Formação:** Pós-doutor em Ciências da Educação pela Université de Paris VIII-Saint Denis e professor da Universidade Federal de Pernambuco.

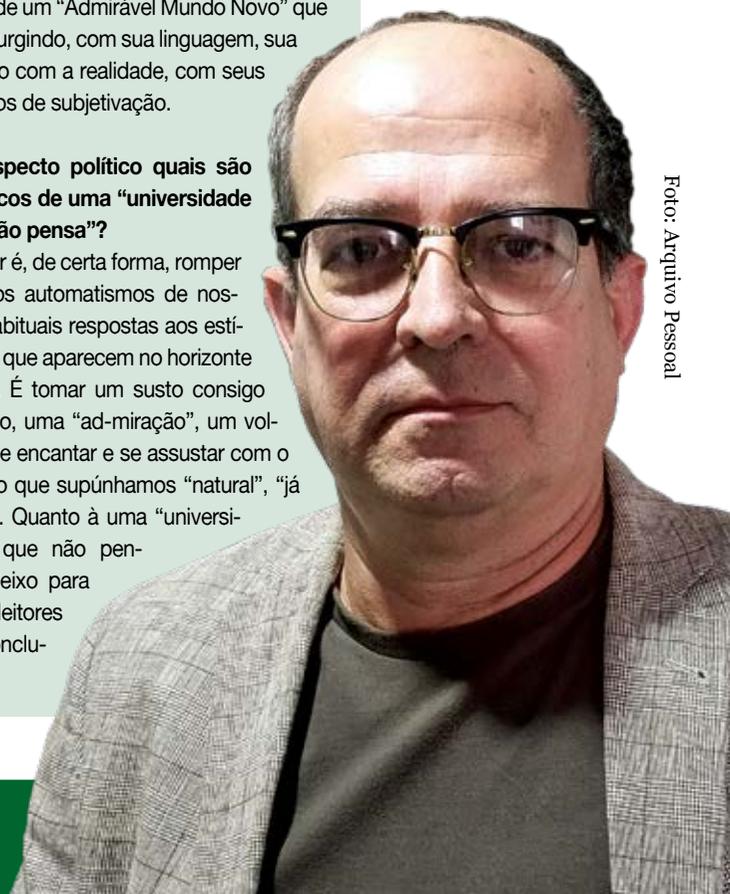


Foto: Arquivo Pessoal

**NACIONAL**

# o emergencial e o permanente no estado de crise e na crise do estado burguês em sete notas marginais

**José Alcimar de Oliveira**

01. Sindicato é parte da estrutura do Estado burguês. Por força desse vínculo beira a *contradictio* o conceito de sindicato revolucionário. No limite, admite-se a existência de sujeitos históricos revolucionários no interior do sindicato. Na quadra histórica atual, já indicaria um avanço na luta a incorporação sindical da luta corporativa em defesa de sua categoria profissional. Mesmo isso rareia. A regra é o atrelamento governista. Na contramão do governismo e do atrelamento, o ANDES-SN mantém-se como ponto fora da curva ideológica ao combinar a luta corporativa, tecida de autonomia e democracia, com a opção classista contra o Estado burguês. Não é uma opção menor, haja vista que a categoria docente representada pelo ANDES-SN não é unificada nem por origem nem por posição de classe. Essa contradição, ao mesmo tempo heraclítica, hegeliana e marxiana e, por isso, dialética, longe de enfraquecer tem historicamente movido, fortalecido e orientado o ANDES-SN em sua trajetória socialmente emancipadora.

02. Seção Sindical do ANDES-SN, a ADUA, num percurso histórico de quase 40 anos, tem institucionalmente se afirmado como um sindicato autônomo, democrático, republicano, classista e intransigente na defesa da Universidade Pública, seguramente o mais importante patrimônio institucional do povo brasileiro. Para a ADUA, a defesa desse patrimônio é indissociável da defesa da justiça social e da institucionalidade democrática e republicana, fundamentos do Estado de Direito. Os avanços institucionais da sociedade brasileira, a despeito de inegáveis conquistas sociais resultantes das lutas históricas do povo, ainda não foram capazes de garantir a universalidade efetiva da democracia, materializada na isonomia de acesso às condições dignas necessárias à vida cidadã. Dizia Brecht que a justiça é o pão do povo. A distribuição do pão pode ter a marca da injustiça quando ao povo é negado o direito universal à quantidade e à qualidade dos bens distribuídos.

03. A marca institucional mais injusta e antidemocrática do Estado brasileiro é a de sua natureza oligárquica, fundada na secular, e nunca abalada, lógica de privilégios. O Brasil é ainda um Estado de poucos. Os avanços formais (como a Constituição de 1988), inegáveis e seguramente necessários, ainda estão longe de permitir grau de suficiência mínima à cidadania da vida do povo. A persistente dicotomia entre quantidade e qualidade do que é oferecido pelo Estado à maioria do povo depõe de forma imoral contra a existência do Estado Democrático de Direito.

04. A crise atual, aguda e grave no imediato do tempo e do espaço, não nasceu com o atual governo - sobre o qual, é preciso reafirmar, que a ADUA nunca escamoteou sua postura crítica à submissão consentida aos interesses oligárquicos das classes dominantes -, é uma crise de longo tempo, cuja permanência tem sido



socialmente produzida por sucessivos governos, não sem a contribuição da era Lula-Dilma. A força ontológica da realidade social termina sempre, cedo ou tarde, por desfazer os artificios lógicos do real fabricado pela propaganda. O marketing pode ser útil para ganhar eleição, mas é irremediavelmente péssimo para governar. Ademais, não pode reclamar do mau cheiro do enxofre quem deliberadamente se abraçou ao diabo. Mas se origem de classe não é destino, menos ainda posição de classe. Destino é construção. O campo da luta é o presente. Vale reafirmar o que a ADUA publicou em sua NOTA de 22 de março de 2016: É possível atacar a corrupção de governo mantendo intocado o Estado corrupto?

05. A quem serve o Estado burguês? A quem serve a crise, a crise imediata e a crise mais longa e profunda, cujas alternativas de percepção e de superação têm sido sempre obnubiladas e travadas pelo conservadorismo das soluções de superfície e de curto fôlego? Há mais de 150 anos Marx e Engels, no Manifesto, explicitavam como a burguesia controlava as instâncias do poder estatal: “o executivo do Estado moderno não é mais do que um comitê para administrar os negócios coletivos (dentre esses, a educação - acrescento) de toda a classe burguesa”. Do poder da ignorância socialmente produzida se alimenta a natureza venal do Estado brasileiro, administrado pelo rentismo e a serviço das oligarquias de sempre. Não há outro caminho que não o da política da razão crítica (práxis) para desfazer a aura de naturalidade de que se revestiu o jugo imposto ao povo brasileiro pela dívida pública? Soubesse o povo estabelecer as relações causais entre o pagamento religioso dos serviços da dívida e a miséria social que lhe subtrai vida e dignidade já teríamos um outro Brasil. É imoral, para dizer o mínimo, o silêncio (da maioria dos partidos, dos sindicatos, das Universidades, dos intelectuais...) sobre a injustiça social decorrente da dívida pública,

cujas auditoria está prevista na Constituição Federal - Art. 26 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), até hoje (2016) por se cumprir.

06. O que nos cabe como intelectuais coletivos é manter a continuidade da luta nas trilhas da razão ética e da consolidação dos direitos coletivos, inclusive da natureza. Reafirmar a incontornável tarefa de criar mediações para evitar as saídas imediatistas. O papel do intelectual é sobretudo o de incomodar, sobretudo a si mesmo. Ao dormir, deve repousar a cabeça sobre o travesseiro da dúvida, não o da certeza. Falamos em defesa do estado democrático de direito. Qual? Em que patamar temos um estado democrático de direito no Brasil? Temos um Estado democrático ou oligárquico? De direito ou de privilégios? E a isonomia e a isegoria? Somos de fato todos iguais diante da lei? Têm todos o direito ao uso político da palavra? O velho estagirita, há dois milênios, já afirmava que a natureza da lei é seu alcance universal.

07. O que fazer para evitar o sono da razão, do qual procedem forças regressivas e obscurantistas? O que impedir nessa hora? Para dizer o mínimo: o estreitamento do uso público da razão, como preconizava Kant, que considerava um crime de lesa-natureza (lesa-razão) uma geração conspirar contra o sagrado direito ao esclarecimento. De Kant a Marx, sem contornar Hegel, permanece no presente de nossa opção classista a consigna de que sem a consciência da classe não haverá consciência de classe. Quando os partidos se demitem da luta em defesa da escola pública contribuem para adubar o solo apedeuta onde germina a “escola sem partido”, sem educação, sem debate, sem projeto e refratária à rica e necessária contradição de que é feito o ser social.

**José Alcimar de Oliveira é professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Amazonas e ex-presidente da ADUA.**

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E  
DESPESAS DE 01/03/2016 A 31/03/2016

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
<b>1</b>	<b>INGRESSOS</b>	<b>75.384,10</b>	<b>84.566,30</b>	<b>100,00%</b>
1.1	RECEITAS	75.384,10	84.566,30	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	72.214,70	80.781,30	95,52%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	3.164,30	3.692,10	4,37%
1.1.3	Receitas com Reprografia	5,10	92,90	0,11%
<b>2</b>	<b>SAÍDAS</b>	<b>56.695,45</b>	<b>55.289,57</b>	<b>100,00%</b>
2.1	PESSOAL	15.220,70	10.330,42	18,68%
2.1.1	Salários	12.455,70	8.118,42	14,68%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	2.765,00	2.212,00	4,00%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	5.509,39	5.157,75	9,33%
2.2.1	Contribuição INSS	4.258,35	4.024,90	7,28%
2.2.2	Contribuição FGTS	980,01	927,70	1,68%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	122,50	115,96	0,21%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	148,53	89,19	0,16%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	2.652,00	3.815,00	6,90%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.542,00	1.590,00	2,88%
2.3.2	Serviços de Limpeza/Manutenção	1.110,00	1.215,00	2,20%
2.3.3	Serviços de Diagramação de Material Impresso	-	1.010,00	1,83%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	9.805,31	7.225,31	13,07%
2.4.1	Serviços de Assessoria Jurídica - PJ	4.000,00	4.000,00	7,23%
2.4.2	Serviços Graficos	3.800,00	-	0,00%
2.4.3	Serviços de Confeção de Faixas	-	1.220,00	2,21%
2.4.4	Serviços de Manutenção de Home Page	245,31	245,31	0,44%
2.4.5	Serviços Contábeis	1.760,00	1.760,00	3,18%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	19.531,57	20.562,14	37,19%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	15.511,32	16.064,68	29,06%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	1.148,59	1.284,53	2,32%
2.5.3	Contribuição Sindical Conlutas	2.871,66	3.212,93	5,81%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	1.214,70	3.537,03	6,40%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	120,00	2.001,98	3,62%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	-	527,05	0,95%
2.6.3	Despesas com Hospedagens	1.094,70	1.008,00	1,82%
2.8	BENS DE CONSUMO	2.373,03	4.259,17	7,70%
2.8.1	Telefone	462,30	454,70	0,82%
2.8.2	Correios/Malotes	-	1.132,80	2,05%
2.8.3	Taxi, Fretes e Ônibus	20,00	97,05	0,18%
2.8.4	Combustível	300,00	400,00	0,72%
2.8.5	Cartuchos e Toner de Tinta	-	326,80	0,59%
2.8.6	Materiais de Eletricos/Hidraulicos	91,00	78,00	0,14%
2.8.7	Materiais de Expediente/Limpeza	-	396,25	0,72%
2.8.8	Refeições e Lanches (Copa/Cozinha)	257,80	923,23	1,67%
2.8.9	Assinatura de Revistas/Jornais	880,00	99,60	0,18%
2.8.10	Despesas com Floricultura	-	170,00	0,31%
2.8.11	Despesas com Eventos	200,00	-	0,00%
2.8.12	Assinatura Provedor/Internet	161,93	180,74	0,33%
2.9	RESTITUIÇÕES DE CONTRIB.ASSOCIADOS DESLIGADOS	357,90	357,90	0,65%
2.9.1	Restituições n/mês	357,90	357,90	0,65%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	30,85	44,85	0,08%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	30,85	44,85	0,08%
<b>QUADRO RESUMO</b>				
SALDO ANTERIOR		42.170,49	60.859,14	
RECEITAS		75.384,10	84.566,30	
DESPESAS		(56.695,45)	(55.289,57)	
RESULTADO OPERACIONAL DO MÊS		18.688,65	29.276,73	
RESULTADO OPERACIONAL		60.859,14	90.135,87	
Banco do Brasil S/A C/C		90.061,54	115.789,41	
Aplicação Banco do Brasil		383.845,60	387.537,70	
CAIXA		187,98	44,74	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		474.095,12	503.371,85	

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E  
DESPESAS DE 01/02/2016 A 29/02/2016

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
<b>1</b>	<b>INGRESSOS</b>	<b>84.566,30</b>	<b>83.777,63</b>	<b>100,00%</b>
1.1	RECEITAS	84.566,30	83.777,63	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	80.781,30	80.508,10	96,10%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	3.692,10	3.232,83	3,86%
1.1.3	Receitas com Reprografia	92,90	36,70	0,04%
<b>2</b>	<b>SAÍDAS</b>	<b>55.289,57</b>	<b>75.501,34</b>	<b>100,00%</b>
2.1	PESSOAL	10.330,42	12.877,89	17,06%
2.1.1	Salários	8.118,42	10.112,89	13,39%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	2.212,00	2.765,00	3,66%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	5.157,75	5.303,78	7,02%
2.2.1	Contribuição INSS	4.024,90	4.160,95	5,51%
2.2.2	Contribuição FGTS	927,70	961,04	1,27%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	115,96	120,13	0,16%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	89,19	61,66	0,08%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	3.815,00	3.112,00	4,12%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.590,00	1.480,00	1,96%
2.3.2	Serviços de Limpeza/Manutenção	1.215,00	1.212,00	1,61%
2.3.3	Serviços com Eventos	-	300,00	0,40%
2.3.4	Serviços de Confeção de Faixas/Cartazes	-	120,00	0,16%
2.3.5	Serviços de Diagramação de Material Impresso	1.010,00	-	0,00%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	7.225,31	9.393,31	12,44%
2.4.1	Serviços de Assessoria Jurídica - PJ	4.000,00	4.000,00	5,30%
2.4.2	Serviços Graficos	-	2.550,00	3,38%
2.4.3	Serviços de Confeção de Faixas	1.220,00	240,00	0,32%
2.4.4	Serviços de Ar Condicionado	-	598,00	0,79%
2.4.5	Serviços de Manutenção de Home Page	245,31	245,31	0,32%
2.4.6	Serviços Contábeis	1.760,00	1.760,00	2,33%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	20.562,14	20.447,39	27,08%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	16.064,68	15.974,52	21,16%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	1.284,53	1.277,96	1,69%
2.5.3	Contribuição Sindical Conlutas	3.212,93	3.194,91	4,23%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	3.537,03	18.137,82	24,02%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	2.001,98	10.418,63	13,80%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	527,05	6.725,59	8,91%
2.6.3	Despesas com Hospedagens	1.008,00	993,60	1,32%
2.8	BENS DE CONSUMO	4.259,17	5.627,38	7,45%
2.8.1	Telefone	454,70	486,15	0,64%
2.8.2	Correios/Malotes	1.132,80	-	0,00%
2.8.3	Taxi, Fretes e Ônibus	97,05	379,89	0,50%
2.8.4	Combustível	400,00	450,00	0,60%
2.8.5	Cartuchos e Toner de Tinta	326,80	-	0,00%
2.8.6	Materiais de Eletricos/Hidraulicos	78,00	40,00	0,05%
2.8.7	Materiais de Expediente/Limpeza	396,25	111,13	0,15%
2.8.8	Refeições e Lanches (Copa/Cozinha)	923,23	597,97	0,79%
2.8.9	Assinatura de Revistas/Jornais	99,60	300,00	0,40%
2.8.10	Despesas com Floricultura	170,00	-	0,00%
2.8.11	Despesas Impostos/Taxas/Judiciais	-	300,00	0,40%
2.8.12	Despesas com Eleições/Andes	-	2.631,50	3,49%
2.8.13	Assinatura Provedor/Internet	180,74	330,74	0,44%
2.9	RESTITUIÇÕES DE CONTRIB.ASSOCIADOS DESLIGADOS	357,90	535,50	0,71%
2.9.1	Restituições n/mês	357,90	535,50	0,71%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	44,85	66,27	0,09%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	44,85	66,27	0,09%
<b>QUADRO RESUMO</b>				
SALDO ANTERIOR		90.135,87	119.412,60	
RECEITAS		84.566,30	83.777,63	
DESPESAS		(55.289,57)	(75.501,34)	
RESULTADO OPERACIONAL DO MÊS		29.276,73	8.276,29	
RESULTADO OPERACIONAL		119.412,60	127.688,89	
Banco do Brasil S/A C/C		115.789,41	120.839,56	
Aplicação Banco do Brasil		387.537,70	390.770,53	
CAIXA		44,74	38,05	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		503.371,85	511.648,14	

**CINEMA**

# Cine & Vídeo Tarumã faz homenagem ao cineasta Hector Babenco

Foto: Divulgação

A primeira semana do mês de agosto foi de homenagem no Cine & Vídeo Tarumã. O projeto trouxe uma programação em homenagem ao diretor argentino e naturalizado brasileiro Hector Babenco, que morreu em julho deste ano. A programação exibiu três filmes que ilustram alguns momentos marcantes da carreira de Babenco no cinema. O cineasta fez uma carreira no Brasil com filmes de peso, sendo indicado ao Oscar de melhor diretor pelo filme “O Beijo da Mulher Aranha”, em 1985. Sua contribuição para o cinema, principalmente brasileiro, é notável e será sempre lembrada.

A segunda-feira, 1º de agosto, começou com o filme ‘Pixote: A Lei do Mais Fraco’ que conta a história de Pixote, garoto abandonado pelos pais e obrigado a roubar para sobreviver nas ruas. Já na quarta-feira, dia 3,

**Meu Amigo Hindu foi a última obra do cineasta argentino naturalizado brasileiro**

foi a vez do filme ‘O Beijo da Mulher Aranha’ que narra a trajetória de dois prisioneiros na América do Sul. Um é homossexual e está preso por comportamento imoral e o outro é um prisioneiro político. O primeiro, para fugir da triste realidade que o cerca, inventa filmes cheios de mistério e romance, mas o outro tenta se manter o mais politizado possível em relação ao momento que vive.

Na sexta-feira, dia 5, o encerramento da programação ficou a cargo do filme ‘Meu Amigo Hindu’. Na película, Diego é um cineasta diagnosticado com câncer terminal, cuja única chance de sobrevivência é se submeter a um transplante de medula óssea experimental, que apenas é realizado nos Estados Unidos. Assim, ele parte para Washington, mas antes decide se casar e se despedir dos amigos. Já no hospital, Diego conhece um menino hindu de apenas oito anos, que também está internado e logo passa a viver com ele as aventuras fantásticas, inspiradas no cinema, que ajudam a suportar a dura realidade que os cerca.

O projeto Cine & Vídeo Tarumã é uma atividade de extensão do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Amazonas. As sessões são gratuitas.

**Vale a pena ver****Título Original: O Substituto****Gênero: Drama****País: Estados Unidos****Ano: 2011****Valor: R\$ 14,99**

Filmes que retratam o sistema educacional de um país – seus métodos, suas vicissitudes, comportamento de alunos e professores, relacionamentos sociais – existem aos montes. Portanto, não chega a ser uma novidade ou um tema inédito na cinematografia mundial.

Alguns cineastas se preocupam com o tema da educação exatamente por acreditarem que a formação escolar é fundamental na construção da cidadania das pessoas. Foram produzidos documentários e obras de ficção que pretendem levantar aspectos gerais ou específicos desse processo, do qual também partilho neste artigo. Posso citar aqui algum desses trabalhos como exemplo de uma ou de outra abordagem do tema, dos mais antigos aos mais atuais: Ao Mestre, com Carinho (1967), de James Clavell. O Preço do Desafio (1988), de Ramón Menéndez, Sociedade dos Poetas Mortos (1989).

Este é um tema que me atrai pela minha condição de educador. Não incluído no elenco dos filmes acima porque quero dar destaque neste artigo está o filme do britânico Tony Kaye, O Substituto, treze anos depois do desafiador A Outra História Americana. Não é o melhor e nem o pior deles. O filme, contudo, passou completamente despercebido do público tanto nos EUA como no Brasil (aqui só em DVD) numa espécie de boicote por tocar em feridas sociais. E uma das razões do destaque é porque o filme reúne em sua trama essa

combinação perfeita da denúncia sem ser panfletário, de dramático sem ser melodramático, de objetivo sem deixar de provocar a reflexão.

Produção de 2011, O Substituto discute exatamente o papel do professor substituto em escolas públicas norte-americanas de ensino médio. Tal qual a condição dos precarizados docentes brasileiros nessa situação, o personagem vivido por Adrien Brody (excelente) é Henry Barthes, um professor de ensino médio da escola pública americana que dá aulas como substituto, para não criar vínculos com ninguém. Quando é chamado para lecionar numa escola encontra um quadro já conhecido: professores desmotivados e adolescentes violentos e desencantados com a vida. Muitas dessas desilusões dos alunos vêm exatamente da desestruturação familiar, com pais ausentes ou negligentes.

O Substituto não só fala da vida dos professores, mas também da juventude e sua falta de perspectiva. É essa fase a mais importante na vida de qualquer pessoa, quando se dá a transição física, mental e social. É nesse momento que podem ocorrer as maiores influências, pois estamos prontos para absorver todo tipo de informação e comportamento. A importância da família e da escola passa a ser fundamental no acompanhamento cognitivo e social do jovem. Daí que o papel atribuído à escola é imprescindível na formação cidadã dos indivíduos.

**Tom Zé é professor do Departamento de Comunicação Social da Ufam, coordenador do projeto de extensão Cine & Vídeo Tarumã. Leia o texto na íntegra no site: (<http://www.cineset.com.br>).**

**Vale a pena ler****Ano: Junho/2016****Número de Páginas: 167****Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-1509792507.pdf>**

Ao deflagrar um movimento aparentemente sem conflito armado em 1964, a tradicional postura conservadora política do país se fez representar pelos contingentes militares naquele que seria um estopim para a militarização da América Latina. Políticos e empresários se uniram para imprimir no Brasil os avanços que o capitalismo mundial exigia. Para isso, contou com os militares no cerceamento das liberdades civis, no esmagamento às posições políticas de oposição, no arrocho salarial da classe trabalhadora, na vitimização de diversos povos originários. Leia-se: perseguições, prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos.

Mais de 50 anos depois, o Brasil ainda é a última república latino-americana que passou por um golpe militar a não processar uma revisão em sua História, promover a justiça social e a punir aqueles que efetuaram as atrocidades no período. Infelizmente, não fomos contagiados pelos exemplos de Argentina, Chile e Uruguai. Só em 2012 o Estado brasileiro instalou sua Comissão Nacional da Verdade. Pouco mais do prazo oficial de dois anos, a CNV indicou apenas 377 responsáveis pelos diversos crimes. Obviamente, um número muito maior de provocadores e de vítimas ficou ainda por serem revelados.

Este era um dos objetivos do ANDES-Sindicato Nacional ao instituir sua própria Comissão da Verdade em 2013: contribuir para a elucidação da verdade e a identificação de autores dos crimes de lesa-huma-

nidade e sua punição no âmbito das universidades. Esta posição política demonstra seu comprometimento em fazer coro com outras vozes ativas da população por bradar pela elucidação de fatos ainda obscuros e exigir a apuração da verdade e a justiça pela punição dos que ainda se encontram livres de qualquer julgamento.

Ao lançar seu 27º Caderno, em julho de 2016, o ANDES-SN dedica especial atenção aos resultados (relatos e debates) do Seminário Nacional que promoveu através de sua Comissão da Verdade. O Seminário, ocorrido em 2015, foi antecedido por encontros regionais nos últimos meses de 2014, que procuraram levantar os processos e as consequências das ações da ditadura no espaço da comunidade universitária do país.

As mais de 160 páginas do Caderno já indicam que as discussões travadas nos eventos foram efetivamente profícuas, levantando-se fatos e depoimentos ocorridos não só no âmbito das universidades federais, mas também em diversos setores produtivos da sociedade, como os trabalhadores metalúrgicos e os camponeses.

Na conjuntura atual do país de retrocesso político e social, principalmente no que tange aos direitos de cidadania e trabalhistas, é de vital importância a leitura e reflexão do conteúdo do Caderno 27. Mais que um registro de ocorridos naquela época, mais que um documento a exigir justiça social, o Caderno do ANDES-SN deve se transformar em forte estímulo à reflexão e à ação da luta que devemos travar pela reversão dos atuais rumos brasileiros.

**Tom Zé é professor do Departamento de Comunicação Social da Ufam, coordenador do Cine & Vídeo Tarumã.**

## COLUNA FALA JURÍDICO

### NOTA

#### UFAM CONTINUA AGINDO EM DETRIMENTO DOS DIREITOS DOS DOCENTES À PROGRESSÃO E À PROMOÇÃO

A UFAM, ao proceder à revisão dos processos administrativos de progressões e promoções por interstícios acumulados, está tão somente cumprindo uma das determinações da liminar proferida pela Juíza Jaiza Fraxe em 14/06/16 na ação proposta pela ADUA, o que beneficiou a todos os docentes com interstícios acumulados.

No entanto, a Universidade ainda se nega a conceder efeitos funcionais e financeiros a partir do preenchimento dos requisitos legais, desobedecendo ao item "11. b" da decisão, que impõe a aplicação dos critérios dispostos nos artigos 12 e 14 da Lei nº 12.772/12.

Alguns professores que estão em dia com suas progressões e promoções, ou seja, não possuem interstícios acumulados, não estão recebendo os retroativos desde a data da formulação do pedido, ainda que a quantia seja referente ao exercício vigente, o que mostra a intransigência dos gestores dessa Instituição de Ensino, quando o assunto é cumprimento das normas.

#### A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE DOCENTES NA UFAM

A possibilidade de contratação de servidores temporários na seara federal vem disciplinada na Lei nº 8.745/93, que regulamenta o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal. A prerrogativa tem o objetivo de conferir aos órgãos da Administração Direta, às Autarquias e Fundações Públicas a possibilidade de contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos em lei.

Mesmo sendo um prestador de serviço, por ter sua relação com o poder público disciplinada por contrato, o servidor temporário tem assegurados alguns direitos previstos na Lei nº 8.112/90 (Regime Estatutário Federal), conforme art. 11 da Lei nº 8745/93.

Ajuda de custo, diárias, gratificação natalina, adicionais de insalubridade, periculosidade e atividades penosas, adicional por serviço extraordinário, adicional noturno, adicional de férias, gratificação por encargo de curso ou concurso, férias, concessões e direito de petição são alguns dos direitos garantidos neste caso.

Ultrapassadas as considerações gerais sobre a contratação temporária federal, adentra-se no cenário do professor de ensino superior federal quando da sua contratação por tempo determinado.

De início, cabe destacar que a contratação dos professores substitutos

Desse modo, a Universidade se aproveita do caráter provisório da tutela de urgência concedida para negar o pagamento a partir da data do requerimento, aos docentes que não possuem interstícios acumulados. Ademais, a Ufam extrapola o que está disposto na liminar, interpretando-a da forma mais conveniente para a própria Universidade, em detrimento dos direitos dos docentes.

Salienta-se que professores não deixarão de receber o pagamento, pois os efeitos pecuniários desde a data do requerimento estão assegurados, considerando que são parcelas incontroversas, que estavam sendo pagas pela Universidade.

Todas essas questões serão resolvidas por ocasião da sentença, que, ao que tudo indica, será favorável ao pleito dos professores, tendo em vista ampla jurisprudência sobre a matéria.

Além disso, a Lei nº 13.325, publicada em 29 de julho de 2016, que começou a produzir efeitos em 1º de agosto desse ano, obriga a Ufam a conceder efeitos pecuniários a partir da data em que o docente cumprir o interstício e os requisitos estabelecidos em lei para o desenvolvimento na carreira, o que corrobora ainda mais com o êxito da ação.

Manaus, 05 de agosto de 2016

está prevista na Lei 8.745/93. Destaca-se, portanto, a leitura do Art. 2º da Lei 8.745/93, que afirma: "Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: (...) IV - admissão de professor substituto e professor visitante.

Assim, verifica-se que este profissional, nos termos do seu contrato determinado, não será servidor ocupante de cargo efetivo integrante das carreiras de magistério e certamente deverá ser submetido à habilitação em processo seletivo simplificado.

A contratação dos professores substitutos fica limitada ao regime de trabalho de vinte horas ou quarenta horas semanais.

No âmbito da Universidade Federal do Amazonas - Ufam, a matéria vem regulada na Resolução nº 002/2003 do Consuni.

O normativo afirma que fica a Ufam autorizada a contratar Professores Substitutos, por prazo determinado de 12 (doze) meses, prorrogável por até 12 (doze) meses, na forma da legislação vigente, para substituições eventuais de docentes de carreira do magistério superior e para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. Esta, por sua vez, não deve transformar essa modalidade de contratação em rotina, sendo certo que sempre deverá prezar pela contratação de pessoal através do concurso público.

## Comentários



**Geraldo Sá Peixoto**  
Pinheiro Pior que isso existe nos próprios departamentos.

Conheço alguns! (Sobre a retirada de direitos referente a progressão e promoção na Ufam, promovida por professores contra seus próprios pares)



**Davyd Spencer Fico**  
me perguntando: O que estes alunos estão aprendendo e o que nós professores estamos

fazendo em sala de aula? Não podemos deixar que a Universidade se torne o espaço da opressão, da intolerância, do ódio, do fascismo, da conduta autoritária e antidemocrática. Não devemos esperar pela Reitoria. Professores, alunos e a comunidade universitária devem sair em defesa da Ufam. Em defesa do espaço público, democrático, ético, e da política como meio da construção democrática e da cidadania. (Sobre os arrastões e tumultos ocorridos na Ufam durante a eleição para a escolha da nova diretoria do DCE/Ufam)



**Claudia Guerra**  
Estamos juntos!! (Sobre a campanha audiovisual lançada pela ADUA para defender os direitos dos docentes da Ufam a progressão e promoção)



**Sylvio Puga** Parabéns pela luta! (Sobre a participação da ADUA e da Regional Norte 1, no 61º Conad)